

PROGRAMAÇÃO

Mês de maio

Págs. 14 a 16

Eleições CFESS/CRESS - Gestão 2017-2020

Passo a passo da votação por correspondência

Pág. 3



Conheça as chapas

Págs. 8 a 10

CRESS opina

As eleições para o Conjunto CFESS/ CRESS e o fortalecimento da luta

Este é um número muito especial do PRAXIS, dedicado simultaneamente ao Mês da Assistente Social e ao Processo Eleitoral no Conjunto CFESS/CRESS. Por isso você vai encontrar, nas próximas páginas, um minucioso (e bem ilustrado, para não haver erro!) passo-a-passo de como votar, matérias com as chapas candidatas, uma entrevista com a Comissão Regional Eleitoral, e também informações detalhadas sobre a programação das atividades do já tradicional Mês de Maio. Isso para além, é claro, de nossas seções habituais voltadas à orientação e ao estímulo ao exercício profissional qualificado, como a referente à COFI e aquela sobre o exercício profissional.

Trata-se, a bem da verdade, de uma edição contra a corrente: celebramos a profissão, assim como sua renovação em mais uma gestão do Conjunto, num ano que se inicia com muito pouco a comemorar. 2017 vem entrando com todos os sinais, tanto aqui como ao redor do planeta, de aprofundamento da ofensiva do capital materializada na reorientação do fundo público ao financiamento de lucros e juros – e no correspondente desfinanciamento das políticas sociais garantidoras de direitos, que com isso vão minguando perversamente.

O resultado, todo mundo já conhece: é gente padecendo em filas; gente

perdida no labirinto burocrático (cada vez mais denso, e cuja transposição é exigência para acessar a maior parte dos serviços sociais); gente cheia de medo do hoje e do amanhã; gente que começa a perder a esperança (tem-se ouvido muito por aí: “se é que um dia vou me aposentar”)... Gente que, de doenças curáveis ou males que poderiam, com algum investimento público, ser largamente minorados, morre todo dia quando não precisaria morrer.

No Brasil, até mesmo nosso precário “Estado de Mal-Estar Social” (o termo é da lavra da ironia ácida e lúcida de Chico de Oliveira) vem sendo duramente atacado. Sabemos que não é de hoje, mas sabemos também que recentemente o ritmo se acelerou muito! Retira-se um direito atrás do outro, é PEC sobre PEC e, de uma Emenda Constitucional à seguinte, em uma Lei Complementar ou um Decreto, numa segunda acordamos com 20 anos de congelamento do gasto social, na terça recebemos aquela enquete do empregador “perguntando” se a gente topa uma redução de carga horária de 30h pra 20h com redução proporcional dos vencimentos, na quarta é a imprensa ventilando a possibilidade da exoneração de servidores em estágio probatório, numa quinta ainda descobrimos que um familiar que teve seis AVCs em cadeia perdeu o direito à aposentadoria porque o perito avaliou que ele estava “aproveitando” – a semana mal passou da metade e a gente já tem muito menos direitos que naquele domingo antes do Golpe.

Temos chamado a atenção no Praxis para

que, no meio disso tudo, diversificam-se as tentativas de desregulamentação velada do Serviço Social – sempre em busca de trabalhadores supostamente “mais baratos”, e sem dúvida menos críticos. Criam-se cargos genéricos, apela-se para o voluntariado, fundam-se cursos de “auxiliar de assistente social” (já devidamente notificado pelo CRESS-RJ) com nível médio e formação em poucos meses... Mas o Conjunto CFESS/CRESS e, com ele, o Serviço Social, resiste.

É devido a essa resistência que celebramos a renovação do Conjunto, e convocamos você a participar dela – a, conosco, resistir à barbárie e se engajar na luta. A grande tarefa para nós é, agora, garantir a legitimidade e o fôlego deste importante instrumento de direção política da categoria através de um belo, politizado e massivo processo eleitoral.

Ainda não votou? É a hora! Já conversou com seus colegas sobre as eleições? Agora é o tempo. Na luta de classes não há empate e o outro lado está em franca vantagem: não temos nenhum segundo a perder.

PRAXIS NO FEMININO: No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

PRAXIS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 93 - Janeiro/Fevereiro 2017

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: diretoria@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Presidente: Rodrigo Silva Lima

Vice-presidente: Denise Nicacio Pereira

1º Secretário: Carlos Felipe Nunes Moreira

2º Secretária: Márcia Denise de Canena

1ª Tesoureira: Carolina Cruz da Silva

2ª Tesoureira: Charles Toniolo de Sousa

Conselho Fiscal: Vanessa Bezerra de Souza, Christiane dos Passos Guimarães, Vera Sodré de Araújo

Suplentes: Glicia Nick de Oliveira, Sílvia Dabdad Calache Distler, Moara Paiva Zanetti, Débora Rodrigues de Araújo

Comissão de Comunicação e Cultura: Carlos Felipe Nunes Moreira, Charles Toniolo de Sousa, Daniele de Araujo Ferreira, Rodrigo Silva Lima, Sílvia Dabdad Calache Distler, Moara Paiva Zanetti, Caio Martins, Victor Neves, Célio Albuquerque, Rafael Lopes

Seccional Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 – Centro – Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Liliane Cardoso d'Almeida

Secretário: Cristiano Correa Pessanha

Tesoureira: Fernanda de Oliveira Monteiro

Suplentes: Natália Meritello

Seccional Sul Fluminense – Volta Redonda

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 – Pontual Shopping – CEP 27261-050

Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Suellen das Chagas Bitencourt

Tesoureira: Paula Almeida Pereira

Secretária: Débora Tavares Rodrigues

Suplentes: Fabioli Salvador da Costa

Jornalistas responsáveis: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751) e Rafael Lopes (SRTE/RJ 33988)

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D

Diagramação: Tatiana Martins

Impressão: Gráfica Colorset – **Tiragem:** 17.000 exemplares - **Data de impressão:** 01/02/2017



Eleição por Correspondência

Neste ano o processo eleitoral no Conjunto CFESS/CRESS para o período 2017-2020 será exclusivamente por correspondência. Preparamos um pequeno guia com orientações sobre o processo de votação.

A votação será unicamente por correspondência. Você deve votar tão logo receba sua cédula em casa. O período máximo para os votos chegarem pelos Correios à sede do CRESS é 17 de março. O voto que chegar após o dia 17 de março não será validado.

Em quem irei votar nessas eleições?

Quem está inscrita na sede (município do Rio de Janeiro e Região Metropolitana), votará apenas para o CFESS e para o CRESS-RJ.

Quem mora na abrangência da Seccional de Campos dos Goytacazes ou da Seccional de Volta Redonda, além de votar para o CFESS e para o CRESS-RJ também votará para a respectiva seccional.



Material de Votação

Toda assistente social regularmente inscrita no Conselho e em dia com a anuidade de 2016 está recebendo junto com esta edição do PRAXIS, no endereço residencial cadastrado no CRESS-RJ, um envelope timbrado com os seguintes materiais:



Cédula Eleitoral
(rubricada por membro da Comissão Regional Eleitoral)

Um **envelope comum**, sem identificação, para colocar a cédula. Não é necessário colar este envelope.

Um **envelope timbrado** com selo dos Correios, destinatário CRESS-RJ e seu endereço no remetente, para colocar o envelope com a cédula e, depois, enviar o quanto antes pelos Correios.

Municípios da abrangência da Seccional de Campos: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Macaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Quissamã, Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá e Varre-Sai.

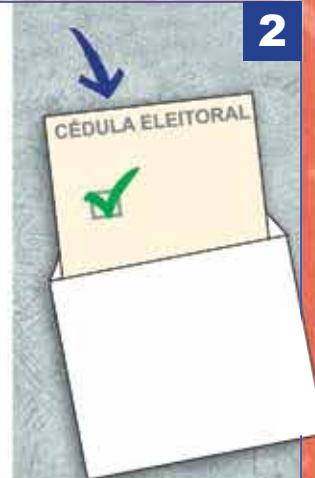
Municípios da abrangência da Seccional de Volta Redonda: Angra dos Reis, Areal, Barra do Pirai, Barra Mansa, Comendador Levy Gasparian, Itatiaia, Mendes, Paraíba do Sul, Parati, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Sapucaia, Três Rios, Valença, Vassouras e Volta Redonda.

Como votar

Para que o voto para uma das chapas seja **VALIDADO**, as cédulas não poderão conter marcação que não seja a sua opção de voto. Cédulas com mais de uma opção marcada para a mesma instância serão consideradas NULAS. Cédulas sem marcação serão consideradas voto em BRANCO para a respectiva instância.



Após votar, deposite a cédula no envelope comum. O envelope comum **não poderá ser rasurado ou identificado com qualquer palavra ou sinal ou colado**. É isso que garante o sigilo do seu voto.



O envelope comum, contendo a cédula, deverá ser inserido na sobrecarta, que já contém sua identificação. Apenas os votos que chegarem ao Conselho dentro desta sobrecarta enviada pelo CRESS serão considerados válidos.



Remeta o seu voto no correio mais próximo sem custo e o quanto antes. É preciso estar atento aos prazos de entrega de correspondências dos Correios. A carta simples leva em média de 7 a 15 dias para chegar ao destinatário.



Exercício profissional

Serviço Social e meio ambiente

Em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente definiu-o como sendo "o conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de causar efeitos diretos ou indiretos, em um prazo curto ou longo, sobre os seres vivos e as atividades humanas." Ou seja, concebe o ser humano e sua ação como parte integrante da natureza.

O capitalismo, ao longo da sua história, vem se utilizando amplamente do meio ambiente como forma de garantir e ampliar a lucratividade. Ao lado da exploração da força de trabalho, a expropriação e consumo dos recursos naturais é parte fundamental para a acumulação global do capital. Devido aos recentes ciclos de crise do capitalismo, a maior mercantilização da natureza passou a ser peça-chave nesse processo. A terra, a água, o petróleo, os minérios tornaram-se cada vez mais alvos de violentas disputas.

A burguesia nacional e/ou internacional se une às elites locais e realizam uma mega exploração desses recursos. Além de promoverem a segregação entre campo e cidade trazendo reflexos nefastos para ambos. Como resultado, passaram ocorrer com frequência desastres ambientais, crises hídricas, remoções forçadas, aumento dos deslocamentos de população, perda da biodiversidade, contaminação dos cursos d'água e aumento da desigualdade social. Basta lembrarmos do ocorrido em Mariana / MG, em 2015.

Precisamos compreender toda essa lógica para entendermos com maior precisão a inserção do Serviço Social no trabalho de educação popular, a partir do conceito de direito à cidade e de justiça ambiental, defendido pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional: a ONG FASE.

A assistente social Caroline Rodrigues afirma que, em primeiro lugar, é preciso romper com a ideia do senso comum de que a natureza e os seres humanos estão em lados opostos de uma relação, principalmente em territórios urbanos, onde o modo de vida individualista e consumista e a ocupação dos espaços estão atreladas de diversas formas aos



O capitalismo, ao longo da sua história, vem se utilizando amplamente do meio ambiente como forma de garantir e ampliar a lucratividade

interesses da especulação imobiliária.

“A FASE é uma ONG que atua principalmente com ações de defesa dos direitos humanos, direito à cidade e justiça ambiental, promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional, defesa dos bens comuns e dos territórios tradicionais e das mulheres como sujeitas de direitos. Ao longo desse tempo, essa instituição foi se repensando e se remodelando. Nem sempre as causas foram essas. São seis unidades pelo Brasil: Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Espírito Santo, Mato Grosso e Bahia. Porém com adequações a cada realidade, sejam meios urbanos ou rurais, mas sempre se pautando na metodologia de educação popular”, explica Caroline.

O Serviço Social e a educação popular

Não há especificamente um setor do Serviço Social dentro da instituição. As assistentes sociais são contratadas e trabalham conjuntamente numa equipe multidisciplinar voltada para educação popular. Para Caroline, o Serviço Social possui acúmulo significativo por trazer conhecimento da realidade social, leitura crítica do território e metodologias de educação popular inerente ao fazer profissional para dentro da dinâmica diária de trabalho.

“Acho importante ter predisposição coletiva e clareza política para construção de ações profissionais. A partir da competência técnica e teórica, o profissional pode contribuir para o enfrentamento das injustiças ambientais. Temos muito mais potência se nos colocarmos como partes do processo e não como atores. Transformar a sociedade é o nosso objetivo máximo, mas só se estivermos também no lugar de aprendizes. Isso não é fácil, porque às vezes é preciso colocar seu conhecimento individual de lado, para se abrir a contribuição do outro”, frisa a assistente social.

Em São João de Meriti, onde desenvolvemos um trabalho de educação popular junto a outras instituições parceiras, o setor de recursos hídricos foi privatizado desde 2015 e, por isso, temos buscado debater sobre o direito à água e ao saneamento, problematizando isso com informações acessíveis, para demonstrar o que foi repassado de verba pública para as empresas privatizadas. O Serviço Social tem a tarefa de apoiar as classes populares e emancipação política do sujeito, como um norte de trabalho. Escrever e falar que é preciso mudar e transformar a sociedade sem se colocar nesse movimento, não vai dar certo. Precisamos pensar o meio ambiente e o Serviço Social para além das questões tradicionais”, provoca.



“Precisamos pensar o meio ambiente e o Serviço Social para além das questões tradicionais”

Caroline Rodrigues

A justiça ambiental

Na cidade do Rio de Janeiro, o conceito de justiça ambiental precisa ser ampliado, ou melhor, ser trabalhado sob a ótica desigual de uso e ocupação do território e da política de segregação da população periférica e de favela.

“Partimos do princípio que a distribuição dos grupos sociais pela cidade é produzida pelo próprio modo de organização de classes. A cidade aparta esses grupos e os coloca para morarem em locais inseguros e desprovidos de equipamentos sociais e infraestrutura. E aí está a injustiça ambiental da questão urbana. Desse lugar da educação popular, temos enfrentado alguns desafios aqui no Rio. Porque o local de moradia das pessoas com quem trabalhamos são necessariamente as periferias urbanas ou favelas, onde a justiça ambiental não existe. Essa população é atingida o tempo inteiro, com o famoso discurso hegemônico pulverizado pela mídia comercial, de que as pessoas não deveriam morar ali em área de risco. Pois, se acontecer alguma tragédia a culpa é do indivíduo que não soube escolher seu local de moradia”, aponta

Para Carol, não é apenas o risco geológico que deve entrar na discussão de justiça ambiental. Um dos maiores desafios dos educadores é a inserção em localidades militarizadas, seja pela ação direta do Estado ou por facções criminosas. Uma complexidade tamanha, que tem a violência como um dado real e concreto que perpassa todo modo de vida das famílias. A entrada das Unidades de

Polícia Pacificadora (UPPs), evento ligado à realização dos megaeventos realizados no Rio de Janeiro – Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 – ocasionou ao longo desse processo mortes de jovens negros e pobres e remoção de milhares de famílias de suas casas.

A FASE e as lutas populares

O trabalho começa pelas relações da própria instituição que participa de diversos fóruns, colóquios e debates. Ou em algumas situações onde entidades procuram a ONG. Desse contato, a FASE conhece determinados movimentos sociais e a partir dessa troca, o estreitamento dos laços acontece.

“Fazer o exercício de dialogar com os diferentes movimentos, práticas e saberes que já se organizam sob bases contra hegemônicas tem sido uma forma que a FASE encontrou para enfrentar a violação de direitos”, analisa Caroline. E complementa: “Outro setor daqui importante é o que trabalha com a captação de recursos e no apoio a pequenos projetos coletivos. Essa também é uma área do Serviço Social que ainda se discute pouco, que é a gestão de projetos e o lugar da profissão no apoio a projetos populares. E é uma área super rica e necessária para o fortalecimento das lutas populares”.

Como nos disse um dos maiores educadores populares do Brasil e do mundo: “onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender” (Paulo Freire).

A interiorização das ações de orientação e fiscalização

O trabalho de orientação e fiscalização realizado em municípios do interior do estado do Rio de Janeiro, de maneira geral, não se difere na essência em relação à sede.

Todas as ações de agentes fiscais são discutidas, encaminhadas e aprovadas na Comissão e Orientação e Fiscalização (COFI), composta por agentes fiscais e pela diretoria. Por vezes também composta pela base quando convidada. Sendo assim, as ações que abrangem toda regional são propostas na COFI e aprovadas no Conselho Pleno. Existem também as ações aprovadas no Encontro Nacional CFESS/CRESS que abrangem todos os CRESS do país. A seccional tem suas ações direcionadas por essas deliberações, podendo surgir ainda ações específicas da região, sendo essas socializadas e discutidas na Comissão Ampliada da COFI.

"As particularidades surgem na natureza de denúncias, sejam as realizadas por usuários ou assistentes sociais. E nas situações a serem enfrentadas na defesa do exercício profissional de qualidade", explica a agente fiscal de Campos, Fátima Valentim.

Pelo estatuto do Conjunto CFESS/CRESS, as seccionais são parte do CRESS. Portanto, a COFI das seccionais é parte da COFI do CRESS como um todo. As deliberações são aprovadas nas reuniões ampliadas da COFI que ocorrem mensal ou bimestralmente, reunindo a sede e as seccionais.

A implantação de agentes fiscais

Ainda de acordo com Fátima, foi a partir da implantação da COFI na seccional, o que implicou na contratação de um agente fiscal no ano de 2003, que as demandas se materializaram na região de Campos. Anteriormente os conselheiros, que são fiscais natos, faziam o que era possível e encaminhavam algumas demandas para sede, mas devido à distância e ao volume de trabalho de agentes fiscais da sede, havia limitações relativas à celeridade no andamento das ações.

"Eu fui a primeira agente fiscal da seccional de Campos que tem 22 municípios

em sua área de abrangência. Quando cheguei na seccional as demandas começaram a surgir porque as questões já estavam lá, mas não se efetivavam em ações de fiscalização porque não eram alcançáveis ou porque não podiam ser identificadas. Quando eram identificadas havia ainda o limite da distância da sede. Na medida em que o trabalho começou a ser planejado e sistematizado, as situações começaram a ser identificadas e se tornaram objetos de ação da COFI na região. É como acontece com o Serviço Social em outros espaços: as demandas são identificadas à medida que se passa a conhecer a realidade por meio de estudos, pesquisas e, no caso da seccional, especialmente por meio das visitas de fiscalização", relata.

Em Volta Redonda, depois que a diretoria da seccional apontou o aumento quantitativo da categoria na região e diversos problemas que levantavam demandas de fiscalização, reivindicou a existência de agente fiscal. A partir de 2012, a COFI também foi ampliada para a seccional de Volta Redonda, em caráter experimental. Diante da constatação da necessidade de ações continuadas de fiscalização no Sul Fluminense, o CRESS já aprovou a realização de concurso público para agente fiscal, visando recompor os quadros técnicos do Conselho e a lotação definitiva de agente fiscal em Volta Redonda, que atualmente é atendida pelo agente fiscal Elias Azevedo.

E como funciona nas seccionais? Fátima explica que a agente fiscal, ao compor a COFI, propõe medidas e realiza ações concernentes às suas funções previstas na Política Nacional de Fiscalização (resolução CFESS 517/2007). A realização de visitas programadas ou de averiguação de irregularidades, orientação a profissionais, lacração de material técnico-sigiloso, dentre outras, são alguns exemplos. As demandas mais frequentes na área de abrangência da seccional de Campos se refere às condições de trabalho de assistentes sociais, irregularidades evidenciadas na supervisão de estágio e assistentes sociais desenvolvendo atividades incompatíveis com o Serviço Social.

Ao se tratar de descumprimento de legislação federal pelas instituições, a COFI na seccional poderá ainda propor um encaminhamento de denúncia ao Ministério

Público Federal (MPF). No caso de ser necessário tomar alguma medida em relação à determinada instituição da administração direta ou indireta do estado do Rio de Janeiro instalada na área de abrangência da seccional, essa deverá ser proposta e aprovada na COFI e referendada pela direção.

Contribuições e questões

A agente fiscal Fátima Valentim destaca que, em seu trabalho na seccional de Campos, contribui com a diretoria não só nos encaminhamentos nas reuniões da COFI na seccional, visto que esta é uma ação prevista na resolução 512/2007, mas também nas ações políticas em defesa do exercício profissional e da qualidade dos serviços prestados com base no projeto ético-político e seus fundamentos legais da profissão e no que preconiza as demais políticas públicas.

Para Rodrigo Lima, presidente do CRESS-RJ e atual coordenador da COFI, pelo menos dois fatores contribuem para um aumento de profissionais nessas regiões: a consolidação da política de assistência social e a expansão do ensino superior.

"Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, e maior entendimento de que a política pública é dever do Estado, houve a exigência de profissionalização e maior contratação de recursos humanos no interior, dentre eles, assistentes sociais", destaca.

Outra questão levantada por Rodrigo é a dificuldade do gestor público em privilegiar as políticas sociais no desenho político da região. Tem-se a precarização das condições de vida e assistentes sociais em contratos de trabalho por prazo determinado, baixíssimas remunerações, contratação de concursos públicos e ausência das condições éticas e técnicas para o trabalho. O paternalismo e o clientelismo ainda são marcas muito presentes nas relações de poder no interior do estado e nosso trabalho, portanto, exige a defesa da profissão, das políticas públicas e dos interesses mais amplos da classe trabalhadora.

Pergunte à COFI

Convocação

Recebi uma Convocação da COFI e gostaria de saber do que estou sendo acusada, pois trabalho há vinte anos, sou muito elogiada e também pago em dia minha anuidade.

A convocação é um recurso utilizado pela Comissão de Orientação e Fiscalização quando há necessidade do comparecimento da assistente social ao CRESS para prestar esclarecimentos sobre fatos que envolvam o seu exercício profissional e receber devidas orientações desta Comissão. Este instrumento legal está previsto no Art. 11, item X da Política Nacional de Fiscalização (resolução CFESS 512/2007), disponível no site www.cfess.org.br. Ademais, o fato da COFI enviar uma convocação não significa que a assistente social seja alvo de denúncia. É importante salientar que denúncias éticas são apuradas exclusivamente pela Comissão Permanente de Ética. Ao receber uma convocação, de qualquer setor do CRESS, a assistente social deve comparecer na data e horário estabelecido e, no caso de impossibilidade de comparecimento, deverá justificar formalmente o motivo da ausência. Caso a assistente social não compareça e nem fundamente a sua ausência, a COFI poderá encaminhar à Comissão Permanente de Ética uma solicitação de abertura de Processo Disciplinar por entender que a profissional deixou de cumprir uma determinação do Conselho, conforme Art. 22, alínea b do Código de Ética Profissional de 1993.

Estágio não-obrigatório

Sou estudante de Serviço Social e concluí meu estágio regular, mas gostaria de continuar no campo como observador para aprender mais sobre a profissão. Posso fazer isso?

Pode fazer como estágio não-obrigatório, que possui os mesmos critérios do estágio obrigatório. O estágio em Serviço Social é uma atividade que tem por pressuposto legal a supervisão direta de duas profissionais: 1) uma assistente social que exerce a função de supervisora de campo e que deve ser do quadro da instituição onde o estágio será realizado e, 2) uma assistente social/professora como supervisora acadêmica. Ambas as assistentes sociais são responsáveis pela formação da aluna, cada uma desempenhando suas atribuições conforme a resolução CFESS 533/2008 e o seu plano de estágio (que deve ser elaborado em conjunto pelos três sujeitos envolvidos neste processo). Sendo assim, cabe à assistente social o cumprimento desta normativa, não permitindo que estudante permaneça em seu campo de estágio sem cumprir todos os devidos requisitos legais.

Registro profissional

Fui atendida por uma assistente social que se negou a me dizer o seu número de registro profissional.

Assistentes sociais não podem se recusar a fornecer o número de seu registro profissional. O Código de Ética Profissional de 1993, em seu Art. 3º, é claro ao afirmar que é dever da assistente social utilizar o número do registro profissional quando do exercício da profissão. Logo, este caso é passível de denúncia que poderá ser formalizada à Comissão Permanente de Ética, conforme orientações no site do CRESS (<http://www.cressrj.org.br/site/denuncias/denuncia-contr-assistentes-sociais/>). O número de registro de todas as assistentes sociais é público e pode ser consultado no site do CFESS (<https://goo.gl/gkWI0k>). Importante reforçar que todos os procedimentos realizados profissionalmente por uma assistente social devem estar assinados e conter o respectivo número de registro.

E se eu não localizar o registro da profissional nesse site?

Caso a profissional não seja localizada, o CRESS deve ser acionado para a adoção das medidas cabíveis. Destacamos, mais uma vez, que todos os procedimentos realizados profissionalmente por assistentes sociais devem estar assinados e com o número de registro do CRESS. O Conselho tem orientado gestores acerca da importância de realizarem pesquisa do número de registro das assistentes sociais que pretendem contratar. Também lembra que as equipes devem dispor desta informação no setor. Essa é uma forma de proteção dos usuários na garantia de que sejam atendidos, de fato, por um profissional habilitado. A COFI já identificou situações em que pessoas estavam atuando como assistente social sem o devido registro no Conselho e sem que os membros da equipe soubessem que a profissional se encontrava em exercício ilegal da profissão. O número do CRESS é a prova de que a profissional é realmente assistente social.



ELEIÇÃO CFESS – CHAPA 1 É DE BATALHAS QUE SE VIVE A VIDA!

Este grupo de assistentes sociais de todas as regiões do país apresenta para a gestão CFESS 2017-2020 um conjunto de propostas numa perspectiva de continuidade da atual direção da entidade. Essa direção reúne trajetórias de profissionais com significativa militância que nos últimos quase 40 anos ressignificaram o trabalho dos Conselhos de Fiscalização na área do Serviço Social transformando-os em entidades representativas cujo posicionamento político é parte inerente das suas funções de autarquia pública.

Caracterizada também por defender a autonomia de nossas entidades frente a quaisquer grupos político-partidários e governos essa concepção de gestão do conjunto CFESS/CRESS tem observado com indignação o agravamento da conjuntura nacional num sentido francamente regressivo para as classes trabalhadoras. Por isso a chapa 1 tem um explícito compromisso com:

- a manutenção da concepção de orientação fiscalização que tem sido estratégica junto aos/às assistentes sociais para superar a aparente "solidão" das vivências de trabalho que envolvem relações cada vez mais precárias de contratação e violação de condições éticas e técnicas. Além disso, sua perspectiva político-pedagógica subsidia a resistência à incorporação de atividades que não nos competem e são frequentemente solicitadas pelos/as empregadores/as, entre outras conquistas;
- a continuidade da articulação entre o Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, na realização de ações em defesa do trabalho e da formação de assistentes sociais e contra a precarização do ensino superior em suas conhecidas e novas modalidades;
- a luta com os movimentos sociais e entidades do campo da esquerda por uma concepção de Seguridade Social como padrão de proteção social amplo, universal, redistributivo, de responsabilidade estatal e que incorpore outras políticas sociais para além do tripé constitucional. Este padrão abrange as demandas por cultura, lazer, habitação, educação, trabalho, transporte, saúde, previdência e assistência social. Entendemos que defender a seguridade social ampliada é também lutar por melhores condições de trabalho para as/os assistentes sociais e demais trabalhadores/as que operam estas políticas;
- posicionamentos em defesa dos direitos humanos e contra toda forma de arbítrio, tortura, discriminação, preconceito, censura, homofobia, lesbofobia, transfobia, machismo, racismo, dentre outras pautas;
- a implementação da Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS na defesa da comunicação como um direito humano, como bem público, que deve servir para



fortalecimento dos movimentos sociais e da classe trabalhadora. Portanto, nos colocamos contrários ao monopólio mercantil da comunicação historicamente constituído no país entendendo a comunicação como espaço estratégico para fazer política, socializar a informação e estimular denúncias e resistências contra toda forma de exploração, dominação e opressão;

- a articulação profissional na América Latina com fortalecimento do COLACATS (Comitê Latino-americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Trabalho Social) e, a partir dessa unidade, intensificar a intervenção latino americana na FITS (Federação Internacional de Trabalhadores Sociais) pautando uma perspectiva diferenciada no universo de conservadorismo que hegemoniza o debate do Serviço Social mundial.

COMPOSIÇÃO:

Presidente: Josiane Soares Santos/Josi (SE)

Vice-presidente: Daniela Neves (RN)

1ª secretária: Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)

2ª secretária: Daniela Möller (PR)

1ª Tesoureira: Cheila Queiroz (BA)

2ª Tesoureira: Elaine Pelaez (RJ)

Conselho Fiscal: Nazarela Silva do Rêgo Guimarães (BA); Francieli Piva Borsato (MS); Mariana Furtado Arantes (MG)

Suplentes

Solange da Silva Moreira (RJ)

Mauricleia Santos (SP)

Daniela Ribeiro Castilho (PA)

Joseane Couri (DF).

Régia Prado (CE)

Neimy Batista da Silva (GO)

Magali Régis Franz (SC)

Jane de Souza Nagaoka (AM)

Lylia Rojas (AL)



ELEIÇÃO CRESS-RJ – CHAPA I

NÃO TEMOS TEMPO DE TEMER



As eleições para o conjunto CFESS/CRESS acontecem entre os dias 15 e 17 de março. Nós, da Chapa “**Não temos tempo de temer**”, convidamos toda a categoria profissional a participar desse processo coletivo de renovação das gestões e que incide diretamente na direção política e social da profissão.

O contexto atual exige uma série de posicionamentos em defesa dos legítimos interesses da classe trabalhadora. São tempos de muitos ataques, mas que nos convocam para muitas lutas.

Por isso, é importante unirmos forças e nos mobilizarmos pela busca de uma alternativa política em defesa da garantia e da ampliação de direitos!

Nossa chapa é composta por assistentes sociais com experiências diversificadas e que trabalham em distintas áreas de atuação profissional. É uma chapa que expressa diversidade e a pluralidade da nossa categoria, que enfrenta cotidianamente os problemas e desafios impostos pela realidade dos espaços sócio ocupacionais.

O CRESS não é formado apenas pelas diretorias, mas principalmente pela base da categoria. Pretendemos pautar nossas ações baseadas nos princípios da liberdade, democracia, equidade, justiça social, pluralismo e socialização da riqueza. Convidamos cada Assistente Social a participar do cotidiano do CRESS em suas diferentes frentes de atuação. Assim, firmamos o compromisso de atuar no CRESS em defesa da profissão e com a participação da categoria!

Seguem algumas de nossas propostas, que você poderá conhecer melhor acessando o nosso *blog* e a nossa página no *facebook*:

- Dar continuidade no estado do Rio de Janeiro à articulação política entre o CRESS Sede, as Seccionais e os Núcleos;
- Dar continuidade às visitas conjuntas com entidades e sociedade civil visando à orientação do exercício profissional;
- Aprofundar o debate e a defesa do direito ao sigilo profissional.
- Buscar estratégias de aproximação com os futuros profissionais através de unidades de formação.
- Fomentar atividades que contribuam com a educação permanente, voltadas especialmente às assistentes sociais em exercício profissional da gestão nas políticas sociais públicas;
- Realizar ações de reforço à adimplência quanto ao pagamento das anuidades;
- Debater com a categoria sobre as diversas modalidades de expressão do racismo: o racismo religioso, a discriminação contra refugiadas/os e imigrantes, a xenofobia e a escravidão moderna e sua interlocução com o exercício profissional;

- Defender as políticas sociais de caráter público, universal e de qualidade sob a gestão direta do Estado e o controle social dos trabalhadores;
- Revigorar os canais de comunicação do Conselho com profissionais de base e outros segmentos da sociedade.

A sua participação durante todo o processo é fundamental! Você está convidado a participar dos debates e plenárias, quando dialogaremos sobre nossas propostas e ouviremos suas sugestões e críticas. Leia nosso programa, visite nossa página no Facebook (facebook.com/CHAPACRESSRJ2017/) e no nosso blog (naotemostempodetem.wixsite.com/chapacressrj) e envie suas sugestões para o nosso e-mail naotemostempodetemercressrj@gmail.com e assine nossa carta de apoio.

COMPOSIÇÃO:

- Presidente:** Dácia Teles
- Vice-presidente:** Nelson Felix
- 1ª Secretária:** Simone Lessa
- 2ª Secretário:** Fábio Simas
- 1ª Tesoureira:** Luciana Teixeira
- 2ª Tesoureira:** Mariana Setúbal

Conselho Fiscal:

- Presidente:** Janaína Bilate
- 1ª vogal:** Jussara Ferreira
- 2ª vogal:** Natália Figueiredo

Suplentes:

- | | |
|-----------------|----------------|
| Nathália Carlos | Camilla Muniz |
| Luciane Amaral | Mônica Olivar |
| Carla Diniz | Malu Vale |
| Silvia Ribeiro | Charles Vieira |
| Paulo Faleiro | |



CHAPA - SECCIONAL VOLTA REDONDA

As Lutas se Produzem nos Becos Sem Saída

Em uma conjuntura política de ascensão do conservadorismo e do reacionarismo, que relegam direitos e políticas sociais a uma verdadeira campanha de terra arrasada, nós nos propusemos encabeçar a Chapa 1 para a Seccional Sul-Fluminense.

Tendo como norte o Código de Ética Profissional e o Projeto Ético Político de nossa profissão, vimos a público nos posicionarmos em favor da luta pela busca de um projeto profissional direcionada aos interesses da classe trabalhadora e da crítica ao conservadorismo e ao reacionarismo em suas múltiplas formas.

Assim sendo, entendemos que as lutas se produzem nos becos sem saída e nos recusamos frontalmente a sermos varridos pelo fatalismo, encarado de peito aberto a tarefa da defesa inexorável da nossa profissão, tendo como objetivos primordiais:

- Fortalecer o papel da Seccional na consolidação do Projeto Ético Político junto às instituições de ensino superior;
- Fomentar a reflexão da ocupação dos espaços políticos do Serviço Social;
- Promover a articulação da Seccional com os movimentos sociais do sul fluminense;
- Nortear as profissionais sobre a importância da participação nas organizações sindicais;



- Lutar pela abertura e ampliação dos espaços sociocupacionais do serviço social nas áreas da saúde, educação, assistência social, entre outros;

- Garantir a fiscalização das condições éticas e técnicas de trabalho da profissão;

- Batalhar pela defesa intransigente da obrigatoriedade constitucional de contratações por

meio de concurso público;

- Ampliar o debate acerca das questões de diversidade, gênero, etnia, raça e classe social que perpassam o cotidiano de atuação profissional;
- Estimular o processo de formação continuada por meio de oficinas, colóquios, mini cursos, bem como a importância da produção científica.

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Gleydson Felipe Duque de Paiva

Tesoureira: Kelly Rocha Albernaz

Secretário: Eder Frossard

1ª Suplente: Cynthia Correa de Oliveira Ferreira

2ª Suplente: Luiza Silva Pires

3ª Suplente: Marcello Pedro da Silva Santos



CAMPOS DOS GOYTACAZES

Lutar Sem Temer

A conjuntura em que ocorreram as manifestações de junho de 2013 e as eleições gerais de 2014 provocou profundas alterações na correlação de forças no cenário político. O enfrentamento à crise econômica, nada mais é que o processo de múltiplas reformas que encontraram terreno fértil no *impeachment* de 2016.

São múltiplos os projetos que tramitam no Congresso Nacional que resultam em cortes na seguridade social e direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Na esfera estadual temos um pacote que inclui o aumento da alíquota previdenciária dos servidores de 11% para 14%, além do desconto de 30% dos seus salários e das pensões dos aposentados por 16 meses. Com rebatimentos no âmbito municipal, desde 2015 a região Norte Fluminense reduz investimentos na área social em decorrência da queda na arrecadação/recebimento dos *royalties* do petróleo, tendência seguida pela região Noroeste Fluminense.

Enquanto classe trabalhadora o serviço social não pode ficar de fora desta luta. Afinal sofremos duplamente os impactos perversos

desta conjuntura, pois atuamos atendendo usuários com políticas sociais cada vez mais sucateadas. Frente aos desafios que esta conjuntura nos coloca formamos a Chapa Lutar sem Temer, para concorrer as eleições do CRESS na Seccional de Campos formada por assistentes sociais que atuam nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) e chamamos toda a categoria junto a lutar sem temer

Nossas propostas: executar as funções precípuas do conselho intensificando o trabalho da COFI construindo junto aos profissionais alternativas que melhorem as condições de trabalho e fortalecer a dimensão educativa do exercício profissional, estabelecer junto às universidades da região parcerias para debates sobre a direção social

e crítica da profissão face projetos conservadores (Estatuto da Família e Escola sem Partido), descentralizar os debates e ações da Seccional nas áreas de abrangência dos Núcleos (Construção e Movimento, Integração e Liberdade e Luta, Ética e Direitos), participar de frentes, fóruns de coletivos de trabalhadores que lutam pelos direitos sociais.

COMPOSIÇÃO: Eliana Feres (Coordenação); Marco Vieira (Secretário) Paulo Junior (Tesoureira), Isabella Motta (Suplente); Suzana Mancebo (Suplente) e Luciana Custódio (Suplente)





Comissão Eleitoral conversa sobre a importância do voto

As vésperas de mais um processo eleitoral para o Conjunto CFESS/GRESS, a Comissão Regional Eleitoral do GRESS-RJ organiza os últimos detalhes para a eleição da chapa que irá representar a categoria de assistentes sociais por três anos, no período de maio de 2017 a maio de 2020. A posse das novas gestões do CFESS e do GRESS-RJ, e da diretoria das seccionais de Campos e de Volta Redonda, acontece no dia 15 de maio.

Este ano, as eleições serão realizadas somente via correspondência. Assim, a primeira recomendação é que ao receber em casa a cédula de votação pelos Correios, a profissional realize a postagem imediatamente. Apenas os votos que chegarem à sede até o dia 17 de março serão contabilizados.

Para a presidente da Comissão Eleitoral do GRESS-RJ, Rodriane de Oliveira Souza, as eleições do Conjunto significam um momento de renovação, defesa e afirmação da direção das entidades representativas da profissão. Rodriane ressalta que das diversas possibilidades de participação de assistentes sociais, nos mais diversos espaços de comissões e cursos oferecidos pelo Conjunto, a escolha de uma nova gestão é especial, pois significa a escolha da direção política de todas as profissionais.

"Existem diversas formas de contribuirmos, intervirmos, participarmos, como, por exemplo, nas comissões, núcleos e eventos. Mas a escolha de novos representantes significa um momento ímpar. Um momento em que nossa participação não se dá apenas disponibilizando uma pequena parcela de nosso tempo. Mas ao decidir quem vai nos representar nesse triênio depositamos nossa confiança em nossos representantes, sejam eles para o Conselho Federal, para os Conselhos Regionais e as direções das Seccionais", afirma.

A Comissão Regional Eleitoral deste ano é composta por seis assistentes sociais indicadas



em assembleia e aprovadas em Conselho Pleno: Rodriane de Oliveira Souza, Melissa Cavalcanti Yaakoub, Uiara Silva, Maria Helena de Souza Tavares, Sara Tavares Ferreira e Ethel Proença Braga.

Atribuições da Comissão Eleitoral

Dentre as diversas atribuições da Comissão estão dirigir, coordenar e executar todo o processo eleitoral do GRESS-RJ, sede e seccionais, que também conta com participantes nas respectivas regiões. E, no fim, apresentar ao Conselho um relatório com as informações sobre o pleito e o resultado final das eleições.

"Nosso trabalho é pautado pelo Código Eleitoral, que é a resolução CFESS 659/13. Nos disponibilizamos a contribuir e a organizar as eleições, nos reunindo semanalmente para acompanhar todas as etapas dessa história. Nossa maior preocupação é com a participação de assistentes sociais, para que assim que recebam em casa a cédula, postem de volta pelos Correios para o voto chegar ao GRESS até o dia 17 de março. Além disso, precisamos ter no mínimo 15% do número total de profissionais aptos a votarem para termos quórum", afirma Sara Tavares.

Rodriane ainda lembra que estamos vivendo uma conjuntura das mais difíceis, em todas as esferas da vida política e social. Com constantes ataques aos direitos dos trabalhadores realizados pelos governos municipal, estadual e federal, como, por exemplo, o "pacote da maldade" do governador Pezão, que segue em

tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. E isso coloca ainda mais responsabilidade no voto de cada assistente social.

"Participar dessas eleições implica uma possibilidade que a categoria tem de garantir a continuidade de uma direção do Conjunto que caminhe na perspectiva de garantir o projeto defendido pela categoria dentro desse cenário. Esse é o momento fundamental

dessa participação. Temos que mobilizar e sensibilizar o maior número possível de assistentes sociais. Já temos importantes retornos da categoria, que tem buscando informações sobre como participar e contribuir nesse processo", conclui.

Só pelos Correios

Todos os votos deverão ser postados pelos Correios. Ou seja: eles não podem ser entregues pessoalmente na sede do GRESS. A Comissão Regional Eleitoral tem até 48 horas após o encerramento do prazo de chegada dos votos, dia 17 de março, para começar a etapa de apuração que é aberta para que a categoria possa acompanhar.

IMPORTANTE!

Só tem direito a votar assistentes sociais com a anuidade de 2016 em dia. A regularização de débitos de anuidades junto ao GRESS pode ser efetuada até a primeira quinzena de fevereiro. A atualização do seu endereço junto ao GRESS também é muito importante. Quem não receber a cédula de voto junto com esta edição do jornal Praxis (janeiro/fevereiro) deve procurar o GRESS-RJ para buscar informações sobre o motivo do não recebimento.

Outras ações

Dezembro/2016 a Janeiro/2017

XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e Assembleia Nacional da ABEPSS

Organizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o evento reuniu pesquisadoras e profissionais de todo o país, em Ribeirão Preto/SP, entre os dias 4 e 8/12. No bojo das homenagens dos 80 anos do Serviço Social no Brasil, o evento comemorou os 70 anos da existência da ABEPSS/ABEPSS, e os 20 anos das diretrizes curriculares da ABEPSS. No dia 9/12, participou também da Assembleia Nacional da ABEPSS, que elegeu a nova diretoria da entidade para o biênio 2017-2018. Vários temas foram debatidos nas mesas redondas, sessões temáticas e mesas coordenadas em que os trabalhos dos pesquisadores foram apresentados e discutidos. O CRESS-RJ, além de participar do evento, também teve 05 trabalhos aprovados e apresentados durante o Encontro, que sistematizaram experiências vivenciadas no cotidiano do Conselho. Abaixo, a lista de trabalhos do CRESS publicados, que podem ser acessados nos Anais do XV ENPESS:

Reflexões sobre o exercício profissional de assistentes sociais na área de saúde no Rio de Janeiro – Autoria: Rhossane Pereira da Silva e Aline Miranda Cardoso

A atuação do CRESS e da Comissão de Assistência Social na Operação e Plano Verão – Autoria: Rodrigo Silva Lima, Carolina Gilaberte Barbosa De Oliveira, Uiana da Silva, MarluCIA Constantino Avellar, Robson Roberto Da Silva

Instrumentos e Técnicas em Serviço Social: o jornal Práxis do CRESS-RJ como um canal deste debate – Autoria: Carlos Felipe Nunes Moreira

A indefinição do “que é” ou do “que faz” o Serviço Social e sua relação com o estudo dos fundamentos – Autoria: Eliane Santos de Assis

Reconfiguração do mundo do trabalho e estágio em Serviço Social: uma experiência de estágio em que preponderam competências profissionais – Autoria: Jefferson Lee de Souza Ruiz e Carolina de Moraes Rocha

Serviço Social na Educação – no dia 14/12 a Comissão de Educação do CRESS se reuniu com assistentes sociais do município de Magé/RJ. O objetivo da reunião foi fortalecer o trabalho iniciado pelas profissionais na política de educação. Ao final, o CRESS elaborou uma moção de apoio à continuidade do trabalho, que foi enviado para a Prefeitura Municipal de Magé.

10 anos do SINASE e do Protocolo Facultativo de Enfrentamento à Tortura – esses temas foram discutidos durante o VI Seminário de Desafios no Enfrentamento à Tortura, organizado pelo Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, dia 2/12. O evento, que contou com a participação do CRESS, ocorreu na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, e também discutiu os efeitos do superencarceramento para o agravamento do fenômeno da tortura.

“As condições de trabalho de assistentes sociais frente à precarização do trabalho e do retrocesso na garantia de direitos” – esse foi o tema do debate realizado no dia 6/12, pelo Núcleo “Baixada Organização e Luta”, no auditório do INSS, em Duque de Caxias. O CRESS também se fez presente como palestrante do tema, que discutiu a precarização do trabalho de assistentes sociais no marco da precarização das relações de trabalho hoje em curso no Brasil e a necessidade de organização coletiva da classe trabalhadora para enfrentar esse quadro.

Encontro com as Representações Externas do CRESS – no dia 3/12, no auditório do Conselho, foi realizado um encontro entre a direção do CRESS e assistentes sociais que representam o CRESS em espaços externos em nosso estado, como Conselhos de Direitos e de Políticas, Fóruns, Comitês e Grupos de Trabalho. A partir de um debate sobre controle social e desafios contemporâneos, as participantes também discutiram a Resolução do CRESS que define os critérios para representação nesses espaços.

V Seminário Estadual Serviço Social em Empresa – organizado pela Comissão de Empresa do CRESS, o evento ocorreu na UERJ, dia 2/12. O foco do debate foi pensar os desafios para o exercício profissional de assistentes sociais diante da atual conjuntura. Durante a tarde, oficinas foram realizadas para pensar o papel do Serviço Social em empresas.

O Serviço Social na socioeducação – no dia 8/12, a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão Sociojurídica do CRESS realizaram a oficina “Dimensões técnico-operativa e política do trabalho de assistentes sociais no DEGASE”. O evento teve como principal eixo de discussão o papel político dos relatórios técnicos elaborados por assistentes sociais, e como eles podem ser potenciais instrumentos de garantias ou de violações de direitos dos adolescentes e suas famílias.

Concurso do Instituto Nacional de Seguridade Social – no dia 6/12, várias assistentes sociais que aguardavam convocação do INSS se reuniram com a Comissão de Previdência Social do CRESS

para discutir estratégias de pressionar a instituição a convocar novas concursadas. Após uma nova chamada, táticas de reivindicação foram discutidas, envolvendo sobretudo o SINDSPREV (Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Trabalho e Previdência Social do estado do Rio de Janeiro).

Atos públicos em defesa da UERJ

– em razão dos ataques neoliberais às universidades estaduais, o CRESS participou de vários atos em defesa da universidade, pública, gratuita e de qualidade. No dia 19/1, o “Abraço na UERJ” reuniu defensores da universidade em um grande abraço realizado no campus Maracanã. E no dia 25/1, uma grande caminhada em defesa da UERJ, da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e da Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO) – dentre outros setores da educação – foi realizada, do Largo do Machado até a sede do governo do estado.



O trabalho de assistentes sociais em ouvidorias

– no dia 15/12, através da Comissão de Orientação e Fiscalização, o CRESS realizou uma atividade com assistentes sociais que atuam em ouvidorias nas unidades estaduais de saúde. O objetivo do encontro foi conhecer melhor o trabalho desenvolvido e pensar estratégias de defesa da profissão e do projeto profissional nesses espaços.

I Encontro Estadual de Assistentes Sociais do SUAS na ESS/UFF

– organizado pela Escola de Serviço Social da UFF/Niterói, o evento reuniu assistentes sociais que atuam na política de assistência social de todo o estado, no dia 15/12, e debateu temas como a capacitação de assistentes sociais e o trabalho no Sistema Único de Assistência Social. O CRESS compôs a mesa de abertura do evento, bem como coordenou a mesa “Política de Assistência Social e Educação Permanente no Estado do Rio de Janeiro: desafios e estratégias”.

Roda de Conversa sobre Justiça Restaurativa

– tendo em vista o crescimento da inserção de assistentes sociais em ações que reivindicam a justiça restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, a Comissão Sociojurídica do CRESS realizou uma roda de conversa sobre o tema, no dia 1/12, no auditório do Conselho.

Dia Nacional da Visibilidade Trans

– comemorado no dia 29 de janeiro, uma série de atividades organizadas por várias instituições ocorrem durante o período, para discutir a temática que envolve as pessoas trans, seus direitos violados e suas lutas pela ampliação de seu reconhecimento como sujeito de direitos. O CRESS esteve presente na Cerimônia de Abertura da Programação da Visibilidade Trans, dia 27/1, no Centro Cultural Banco do Brasil. No mesmo dia, participou ainda do Ato pelo Dia Nacional da Visibilidade Trans, na Cinelândia, organizado por várias organizações de pessoas trans.

Abrigamento e política para população em situação de rua

– esse foi o tema da aula ministrada pelo CRESS para assistentes sociais, psicólogos e educadores da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói/RJ, no dia 28/12.

CFESS Na Estrada – projeto desenvolvido pelo CFESS que consiste em visitar todos os CRESS do país, o CRESS/RJ foi contemplado com a ação nos dias 1 e 2/12, em atividades realizadas no auditório do Conselho.

Reunião com a Prefeitura de Campos de Goytacazes

– no dia 25/1 o CRESS, através da seccional de Campos dos Goytacazes, realizou reunião com a nova secretária da pasta de Assistência Social e Direitos Humanos do município. Na ocasião, apresentou dados que reivindicam melhorias nas condições de trabalho e a necessidade de abertura de concurso público. A seccional esclareceu também vários aspectos relativos ao exercício profissional de assistentes sociais, como atribuições, competências e as normativas éticas do Serviço Social.

Frente Estadual pelo Desencarceramento – em razão da crise carcerária que assolou várias penitenciárias do país, diversas organizações de defesa de direitos humanos lançaram a Frente Estadual pelo Desencarceramento. O foco da frente é a luta contra as formas de aprisionamento em curso no Brasil hoje como política criminal, denunciando a ineficácia histórica das prisões como estratégia de controle da criminalidade. O CRESS participou da primeira reunião de articulação da Frente, dia 19/12, e dia 25/12 sediou a reunião que construiu a carta de divulgação de lançamento. Em um evento lotado, com a presença de diversas entidades, parlamentares e familiares de pessoas privadas de liberdade, o lançamento da Frente ocorreu dia 26/01, no auditório da Caixa de Assistência aos Advogados do Rio de Janeiro.



CRESS NA MÍDIA

No dia 16/12, o CRESS publicou a matéria **“Aumento do Bilhete Único compromete direito de ir e vir no Rio”**, publicada na versão digital do jornal Brasil de Fato, falando sobre os impactos do aumento do valor das passagens do transporte público para os trabalhadores do nosso estado. A íntegra da matéria pode ser acessada através do link <https://www.brasildefato.com.br/2016/12/16/analise-or-aumento-do-bilhete-unico-compromete-direito-de-ir-e-vir-no-rio/>.



CRESS-RJ APROVA NOVO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO PARA SEUS TRABALHADORES

Em debate desde 2012, o Conselho Pleno do CRESS aprovou o novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos trabalhadores do Conselho. Reivindicado pelos seus trabalhadores através de seu sindicato, o SINSAFISPRO (Sindicato dos Servidores das Autarquias de Fiscalização Profissional e Entidades Coligadas), o PCCR aprovado aprimorou diversos elementos que existiam no Plano anterior, datado de 2007. Essa tarefa cumpre uma das deliberações do Encontro Nacional CFESS/CRESS, que, na condição de autarquias federais, devem implementar Planos de Cargos como instrumento de valorização de recursos humanos e de avaliação da qualidade dos serviços prestados pelo conjunto de trabalhadores do Conselho. Após vários debates,

que contou com representantes tanto da direção como dos trabalhadores, a diretoria do CRESS apresentou uma proposta inicial de PCCR para o SINSAFISPRO, que então constituiu uma comissão de trabalhadores do Conselho para analisá-la. Após receber as sugestões, o CRESS submeteu-as à apreciação do Conselho Pleno, realizado no dia 19/12. Questões como enquadramento salarial, progressão salarial, avaliação de desempenho, atribuições dos cargos de nível fundamental, médio e superior, dentre outros temas, foram objetos de análise e de definição. O CRESS-RJ publicará o texto final do PCCR em diário oficial e iniciará a implantação em março de 2017. O texto integral do PCCR será disponibilizado para consulta pública através do site do CRESS assim que estiver oficialmente em vigor.

MAIO PROGRAMAÇÃO DE MINICURSOS

Todas as professoras dos minicursos são assistentes sociais regularmente em dia com suas anuidades junto ao Conselho.

RIO DE JANEIRO (sede – auditório do CRESS)

Datas	Mini-cursos	Docentes	Locais e horários
03/05	Diversidade sexual e exercício profissional	Silvana Marinho – CRESS nº 19052/7ª Região Mestre em Serviço Social, membro de Grupo de Pesquisa da UERJ	Sede do CRESS-RJ - 17hs
08/05	Saúde do trabalhador e Serviço Social	Débora Lopes – CRESS nº 14002/7ª Região Doutoranda em Serviço Social, prof. da Fac. de Serviço Social da UERJ e do curso de Serviço Social da UNIGANRIO	Sede do CRESS-RJ - 17hs
11/05	Desmonte da seguridade social e impactos no exercício profissional	Isadora Modesto – CRESS nº 20049/7ª Região Doutoranda em Serviço Social, prof. da Escola de Serviço Social da UFF/Niterói	Sede do CRESS-RJ - 17h
24/05	Questão racial, etnia e Serviço Social	Rosely Rocha – CRESS nº 12656/7ª Região Doutora em Serviço Social, assistente social do Instituto Fernandes Figueira/FIOCRUZ	Sede do CRESS-RJ - 17h
31/05	Estudos, laudos e pareceres sociais	Aparecida Evangelista – CRESS nº 8951/7ª Região Mestre em Serviço Social, assistente social do Tribunal de Justiça	Sede do CRESS-RJ - 17h

Sede – outros locais

Datas	Mini-cursos	Docentes	Locais e horários
04/05	Instrumentos e técnicas em Serviço Social	Felipe Moreira – CRESS nº 16802/7ª Região Doutorando em Serviço Social, prof da Fac. de Serviço Social da UERJ, cons. do CRESS/RJ	São Gonçalo - 14h Núcleo Maria Conga e Andorinhas
09/05	Violência doméstica e exercício profissional	Glícia Nick – CRESS nº 8448/7ª Região Mestre em Serviço Social, assistente social aposentada do Tribunal de Justiça, consª. do CRESS/RJ	Araruama - 14h Núcleo Josy Ramos
10/05	Supervisão, estágio e autonomia profissional	Ana Maria de Vasconcelos – CRESS nº 8733/7ª Região Doutora em Serviço Social, prof. da Fac. de Serviço Social da UERJ	Teresópolis - 14h Núcleo Esterlina Ramos
22/05	Religiosidade e Serviço Social	Josélia Reis – CRESS nº 12683/7ª Região Doutoranda em Políticas Sociais, Assistente Social da Justiça Federal	Santa Cruz - 14h Núcleo Arco Verde
23/05	Fundo público e Serviço Social	Ana Paula Mauriel – CRESS nº 11257/7ª Região Doutora em Ciências Sociais, profª. da Escola de Serviço Social da UFF/Niterói	Belford Roxo - 14hs Núcleo Baixada Organização e Luta
25/05	Desmonte da seguridade social e impactos no exercício profissional	Robson Roberto – CRESS nº 16940/7ª Região Doutor em Serviço Social, prof. da Escola de Serviço Social da UFF/Niterói	Bom Jardim - 14hs Núcleo Serra em Movimento
29/05	Desmonte da seguridade social e impactos no exercício profissional	Tatiana Brettas – CRESS nº 23358/7ª Região Doutora em Serviço Social, profª. da Escola de Serviço Social da UFRJ	Japeri - 14hs Núcleo Luta em Ascensão

SECCIONAL DE VOLTA REDONDA (sede – auditório da seccional)

Datas	Mini-cursos	Docentes	Locais e horários
11/05	Religiosidade e Serviço Social	Denise Nicacio – CRESS nº 13438/7ª Região Especialista em Gestão de Pessoas, assistente social da Petrobrás, vice-pres. do CRESS/RJ Sílvia Dabdab – CRESS nº 3491/7ª Região Especialista em Serviço Social e Políticas Sociais, assistente social aposentada do Tribunal de Justiça, consª. do CRESS/RJ	Sede da seccional - 17hs
31/05	Contrarreforma da previdência e Serviço Social	Andréa Teixeira – CRESS nº 10943/7ª Região Doutora em Serviço Social, profª. da Escola de Serviço Social da UFRJ	Sede da seccional - 17hs

SECCIONAL DE VOLTA REDONDA (outros locais)

Datas	Mini-cursos	Docentes	Locais e horários
02/05	Ética, gênero e exercício profissional	Vanessa Bezerra – CRESS nº 13313/7ª Região Doutora em Serviço Social, profª. da Escola de Serviço Social da UNIRIO, consª. do CRESS/RJ	Resende - 14hs Núcleo Agulhas Negras
08/05	Fundo público e Serviço Social	Rodrigo Lima – CRESS nº 13948/7ª Região Doutor em Serviço Social, prof. da Escola de Serviço Social da UFRJ, Pres. do CRESS/RJ	Vassouras - 14hs Núcleo Centro Sul
17/05	Estudos, laudos e pareceres sociais	Charles Toniolo – CRESS nº 13274/7ª Região Doutorando em Serviço Social, prof. da Escola de Serviço Social da UFRJ, cons. do CRESS/RJ	Angra dos Reis - 14hs Núcleo Costa Verde

SECCIONAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (sede – auditório da seccional)

Datas	Mini-curso	Docentes	Local e horário
17/05	Educação e exercício profissional	Ney Almeida – CRESS nº 10867/7ª Região Doutor em Serviço Social, prof. da Faculdade de Serviço Social da UERJ	Sede da seccional - 14hs
22/05	Sigilo profissional no trabalho em equipes multiprofissionais	Charles Toniolo – CRESS nº 13274/7ª Região Doutorando em Serviço Social, prof. da Escola de Serviço Social da UFRJ, cons. do CRESS/RJ	Sede da seccional - 14hs

SECCIONAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (outros locais)

Datas	Mini-cursos	Docentes	Locais e horários
12/05	Princípios éticos do Serviço Social e exercício profissional	Rodrigo Lima – CRESS nº 13948/7ª Região Doutor em Serviço Social, prof. da Escola de Serviço Social da UFF/Niterói, Pres. do CRESS/RJ Fátima Valentim – CRESS nº 6782/7ª Região Doutora em Serviço Social, agente fiscal do CRESS/RJ	Miracema - 14h Núcleo Ética, Luta e Direitos
24/05	Fundo público e Serviço Social	Giselle Souza – CRESS nº 23626/7ª Região Doutora em Serviço Social, profª da Escola de Serviço Social da UNIRIO	Bom Jesus do Itabapoana - 14h Núcleo Integração e Liberdade
30/05	Sigilo profissional no trabalho em equipes multiprofissionais	Marinete Cordeiro – CRESS nº 8537/7ª Região Mestre em Serviço Social, assistente social do INSS Fátima Valentim – CRESS nº 6782/7ª Região Doutora em Serviço Social, agente fiscal do CRESS/RJ	Macaé - 14h Núcleo Construção e Movimento

EMENTAS DOS MINICURSOS

Ética, gênero e exercício profissional: O projeto ético-político profissional e os desafios para o exercício profissional na perspectiva de gênero. O código de ética de 1993; seus princípios e a perspectiva de gênero. Ética, valores emancipatórios e relações de gênero. Gênero nas relações sociais. Gênero, marxismo e pós-modernidade: o debate sobre gênero e classes sociais. Experiências profissionais emancipatórias do ponto de vista do gênero.

Diversidade Sexual e Exercício Profissional: Diversidade humana e aproximação conceitual de termos e polêmicas relativos a gênero, identidade de gênero e diversidade sexual, e a relação com as classes sociais na sociedade capitalista. Sexualidade e direitos sexuais. A diversidade sexual no cotidiano do exercício profissional nos diferentes espaços sócio ocupacionais. Laicidade do Estado e ações afirmativas para a população LGBT nas políticas sociais.

Instrumentos e Técnicas em Serviço Social: O exercício profissional enquanto parte do processo de trabalho coletivo. A unidade entre as dimensões técnico-instrumental, teórico-metodológica e ético-política. A perspectiva política na definição dos instrumentais. Diferenças entre instrumento e técnica. Assistente social enquanto trabalhador assalariado e sua relativa autonomia. Polêmicas entre em torno da utilização dos instrumentos e técnicas.

Saúde do Trabalhador e Serviço Social: Resgate histórico sobre a constituição da política de saúde do trabalhador face ao SUS e à organização do trabalho no mundo contemporâneo. Os desafios para implementação da política de saúde do trabalhador no Brasil. O trabalho em empresas e a saúde do trabalhador. Perspectivas éticas para a atuação de assistentes sociais em ações de saúde do trabalhador.

Fundo público e Serviço Social: Capitalismo, “dívida pública” e financiamento de políticas sociais no Brasil. Noções básicas da constituição do Orçamento Público. Rebatimentos das disputas pelo fundo público no financiamento das políticas públicas e impactos no exercício profissional. O trabalho de assistentes sociais com orçamento público. Fundo público e controle social democrático.

Violência Doméstica e Exercício Profissional: Família e os novos arranjos familiares no cenário contemporâneo. Violência doméstica como

expressão da violência. A constituição da violência doméstica como um fenômeno social na sociedade capitalista: o papel dos movimentos sociais. Aspectos centrais dos marcos legais. Violência contra a mulher, violência contra criança e adolescente, violência contra o idoso, contra a pessoa com deficiência e transtorno mental, e outras formas de violência doméstica. Os desafios para o exercício profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.

Supervisão, Estágio e Autonomia Profissional: A supervisão como parte do processo de trabalho coletivo. Modos tradicionais e contra hegemônicos de supervisão. A indissociabilidade das dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas na formação e no exercício profissional. A centralidade do estágio supervisionado no processo de formação profissional. Marcos legais e normativos que regulamentam o estágio em Serviço Social. A condição de assalariamento e suas incidências sobre a relativa autonomia do exercício profissional. As normativas e a possibilidade de ampliação da autonomia profissional e a relação com a supervisão.

Desmonte da Seguridade Social e Impactos no Exercício Profissional: A construção sócio histórica da seguridade social no Brasil e suas particularidades na Constituição Federal. O conceito de seguridade social na Carta de Macéio. Seguridade social e políticas sociais. Neoliberalismo no Brasil no cenário atual e desdobramentos nos programas e políticas sociais. A Proposta de Emenda Constitucional 241 / 55 e os impactos para a classe trabalhadora. A atuação de assistentes sociais junto à população usuária diante do desmonte da seguridade social na contemporaneidade.

Religiosidade e exercício profissional: Conceituações de religião, agnosticismo e ateísmo. Diversidade X intolerância religiosa. Construção da concepção de Estado Laico. Relação entre laicidade do Estado e exercício profissional. A religiosidade na trajetória do Serviço Social e sua laicização como profissão. Laicidade no exercício profissional e instrumentos técnico-operativos, inclusive no trabalho desenvolvido em instituições religiosas. Desafios atuais à afirmação da laicidade do Serviço Social.

Princípios Éticos do Serviço Social e Exercício Profissional: A ética como dimensão do ser social. A ética conservadora no Serviço Social, suas expressões atuais e sua crítica. O Código de Ética de 1993 e os valores emancipatórios. Relações entre os princípios éticos do Serviço Social e as lutas mais amplas da

classe trabalhadora. A afirmação dos valores éticos no Código de 1993 diante de requisições institucionais conservadoras. Mediações entre os princípios éticos do Serviço Social e o cotidiano do exercício profissional de assistentes sociais.

Estudos, Laudos e Pareceres Sociais: As dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da prática profissional. Instrumentos de trabalho utilizados por assistentes sociais. O estudo social como atividade do Serviço Social: história e concepções contemporâneas. Procedimentos metodológicos do estudo social. Ética profissional e a produção de documentos técnicos em Serviço Social: relatórios, pareceres, laudos.

Educação e Exercício Profissional: A educação como dimensão complexa da vida social no capitalismo. Educação formal e educação não-formal. Cultura e educação. Educação como campo de disputa de projetos sociais antagônicos. A educação presente de diferentes formas nas políticas sociais: política de educação, sócio educação, educação para saúde e o Serviço Social. A dimensão político-pedagógica intrínseca ao exercício profissional de assistentes sociais.

Sigilo profissional no trabalho em equipes multiprofissionais: Contextualização sobre o sigilo na sociedade. Sigilo nos Códigos de Ética de assistentes sociais. Polêmicas em torno das concepções de sigilo e suas implicações sobre o exercício profissional. Trabalho interprofissional e sigilo profissional. O sigilo nos registros profissionais e outras atividades.

Questão Racial, Etnia e Serviço Social: Aspectos conceituais e políticos que diferenciam etnia, raça, cor. Mediações entre raça, etnia e as relações de classe social no capitalismo. A questão racial no Brasil. Relações raciais e diversas expressões de racismo (racismo institucional; racismo e políticas públicas – saúde, educação, assistência social etc.). Questão racial, étnica e cotidiano do exercício profissional.

Contrarreforma da Previdência e Serviço Social: As particularidades da seguridade social no Brasil. O papel histórico da Previdência Social. O processo de contrarreforma da previdência. Expansão do setor privado na previdência social. Disputas em torno do fundo público e os ataques à previdência social pública. Os obstáculos impostos aos usuários. Luta contra a violação de direitos e pela ampliação da seguridade social. Direitos previdenciários e exercício profissional de assistentes sociais.

Conservadorismo e reacionarismo em debate

Omês em que o Serviço Social comemora sua regulamentação é mais um momento no qual assistentes sociais do estado do Rio de Janeiro têm para refletir sobre seu exercício profissional cotidiano. Sempre relacionando os debates com as competências e atribuições profissionais, suas conexões com as políticas sociais e com a conjuntura, o eixo principal dos seminários do Mês de Maio desse ano é "Serviço Social em tempos de conservadorismo e reacionarismo".

Pensar os impactos desses processos para dentro e para fora do Serviço Social, em um cenário tão adverso, é, ao mesmo tempo, um desafio e um dever nosso. Além disso, é uma ótima oportunidade de reforçarmos nosso compromisso com o princípio ético que prevê o constante aprimoramento intelectual, com vistas à ampliação da qualidade dos serviços que oferecemos à população.

RIO DE JANEIRO

Seminário Estadual em comemoração do Dia da Assistente Social e posse da nova diretoria do CRESS-RJ

15 de maio de 2017, segunda-feira – 15 h

Local: a confirmar

Mesa: *Serviço Social em tempos de conservadorismo e reacionarismo*

Palestrantes:

Virginia Fontes – Historiadora, Doutora em Filosofia, professora da UFF e da ENSP/FIOCRUZ

Jefferson Lee Ruiz – Assistente social (CRESS 21114 / 7ª Região), Mestre em Serviço Social, professor da Faculdade de Serviço Social da UERJ

Durante o Seminário, será realizada a Cerimônia de Posse da nova diretoria do CRESS-RJ para o triênio 2017-2020

CAMPOS DOS GOYTACAZES

Seminário Estadual em Comemoração do Mês da Assistente Social

05 de maio de 2017, sexta-feira – 14h.

Local a confirmar.

Mesa: *Conservadorismo e reacionarismo: desafios ao protagonismo do usuário e ao exercício profissional*

Palestrantes:

Kátia Marro – Assistente social (CRESS 18163 / 7ª Região), Doutora em Serviço Social, professora do curso de Serviço Social do Polo Universitário de Rio das Ostras da UFF

Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra / Rio de Janeiro – Regional Norte

VOLTA REDONDA

Seminário Estadual em comemoração do Mês da Assistente Social

26 de maio de 2017, sexta-feira – 15h.

Local a confirmar.

Mesa: *Ofensiva reacionária, precarização das condições de trabalho e conservadorismo no Serviço Social*

Palestrantes:

Maria Carmelita Yazbek – Assistente social (CRESS 1195 / 9ª Região), Doutora em Serviço Social, professora do Programa de Pós-graduação da PUC/SP

Márcio de Souza – Assistente social (CRESS 16018 / 7ª Região), Doutor em Serviço Social, professor do curso de Serviço Social da UGB e da UNESA

Seminários e minicursos

- A programação do Mês de Maio contará com 22 minicursos e 03 seminários estaduais.
- As atividades serão descentralizadas, de forma que em todas as regiões do estado aconteçam eventos.
- Na capital, o 15 de maio deste ano terá, além do Seminário Estadual, mais um motivo especial: acontecerá a cerimônia de posse da nova diretoria do CRESS-RJ que assumirá o nosso Conselho no triênio 2017-2020.
- Nas seccionais de Campos e de Volta Redonda ocorrerão também seminários estaduais abordando o tema principal dos debates desse ano: Serviço Social, conservadorismo e reacionarismo. Todos os seminários são abertos e gratuitos.

Inscreva-se!

Pelo endereço eletrônico

www.eventoscressrj.org.br

As vagas são limitadas e estudantes têm 20% delas reservadas. Os seminários são abertos até o limite da capacidade dos auditórios em que ocorrem os eventos. Serão disponibilizados certificados com a carga horária de participação em todas as atividades.

Veja a programação completa e participe! Pág. 14 e 15